



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Março/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '02', Tipo 001

Nº de Inscrição _____
MODELO

Nº do Caderno _____
TIPO-001

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A justiça sem a força é impotente, a força sem justiça é tirana.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

[Eternidade do guarda-chuva]

Ontem choveu demais e eu precisava ir a três pontos diferentes da cidade. Quando o moço do jornal veio apanhar a crônica que eu acabara de escrever, pedi-lhe que me comprasse um guarda-chuva que parecesse digno da classe média, e ele o fez com competência. Depois de cumprir meus afazeres voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo. Senti então uma certa simpatia por ele, meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu lugar a um estranho carinho, e eu mesmo fiquei curioso para saber qual a origem desse carinho.

Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças. Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto da minha infância existe mais em sua forma primitiva. De máquinas como telefone, automóvel etc., nem é bom falar. Mil pequenos objetos de uso mudaram de forma, de cor, de material; em alguns casos, é verdade, para melhor; mas mudaram.

O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas. De junco fino ou pinho vulgar, de algodão ou de seda animal, pobre ou rico, ele tem se mantido digno. Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e de fúnebre, essa pequena barraca. Nada disso, entretanto, lhe tira o ar honrado. Entrou calmamente pela era atômica, e olha com ironia a arquitetura e os móveis chamados funcionais. Ele já era funcional muito antes de se usar esse adjetivo; e tanto que a fantasia, a inquietação e a ânsia de variedade do homem não conseguiram modificá-lo em coisa alguma.

Ali está ele, meio aberto, ainda molhado, choroso; descansa com uma espécie de humildade ou paciência humana; se tivesse liberdade de movimentos não duvido de que iria para cima do telhado quente sol, como fazem os urubus.*

*quentar sol: forma popular para “esquentar ao sol”

(Adaptado de BRAGA, Rubem. 200 crônicas escolhidas. Rio de Janeiro: Record, 1978, p. 217-218)

1.

Na relação do autor com o guarda-chuva comparece uma figura de linguagem conhecida como **personificação**, tal como se dá neste segmento:
(A) *pedi-lhe que me comprasse um guarda-chuva* (1º parágrafo)
(B) *pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo* (1º parágrafo)
(C) *fiquei curioso para saber qual a origem desse carinho* (1º parágrafo)
(D) *é um dos engenhos mais curiosos que o homem inventou* (3º parágrafo)
(E) *descansa com uma espécie de humildade* (4º parágrafo)
2.

Ao especular sobre a origem do carinho que passou a sentir pelo seu guarda-chuva, o autor considera que esse sentimento se deve ao fato de o guarda-chuva
(A) constituir uma positiva imagem de algo permanente.
(B) ter uma funcionalidade que se adapta às mudanças.
(C) contrapor-se à inutilidade dos engenhos modernos.
(D) evocar lembranças afetivas de um passado remoto.
(E) modernizar-se sem trair sua função primitiva.
3.

O autor surpreende na imagem do guarda-chuva alguma complexidade, quando admite que ele
(A) lhe inspira permanentemente um insuperável e velho rancor.
(B) se mostra com a versatilidade das máquinas modernas.
(C) cumpre um destino análogo ao das sombrinhas futuristas.
(D) combina o aspecto algo risível com o fúnebre.
(E) conota a tragicidade de nossa era atômica.
4.

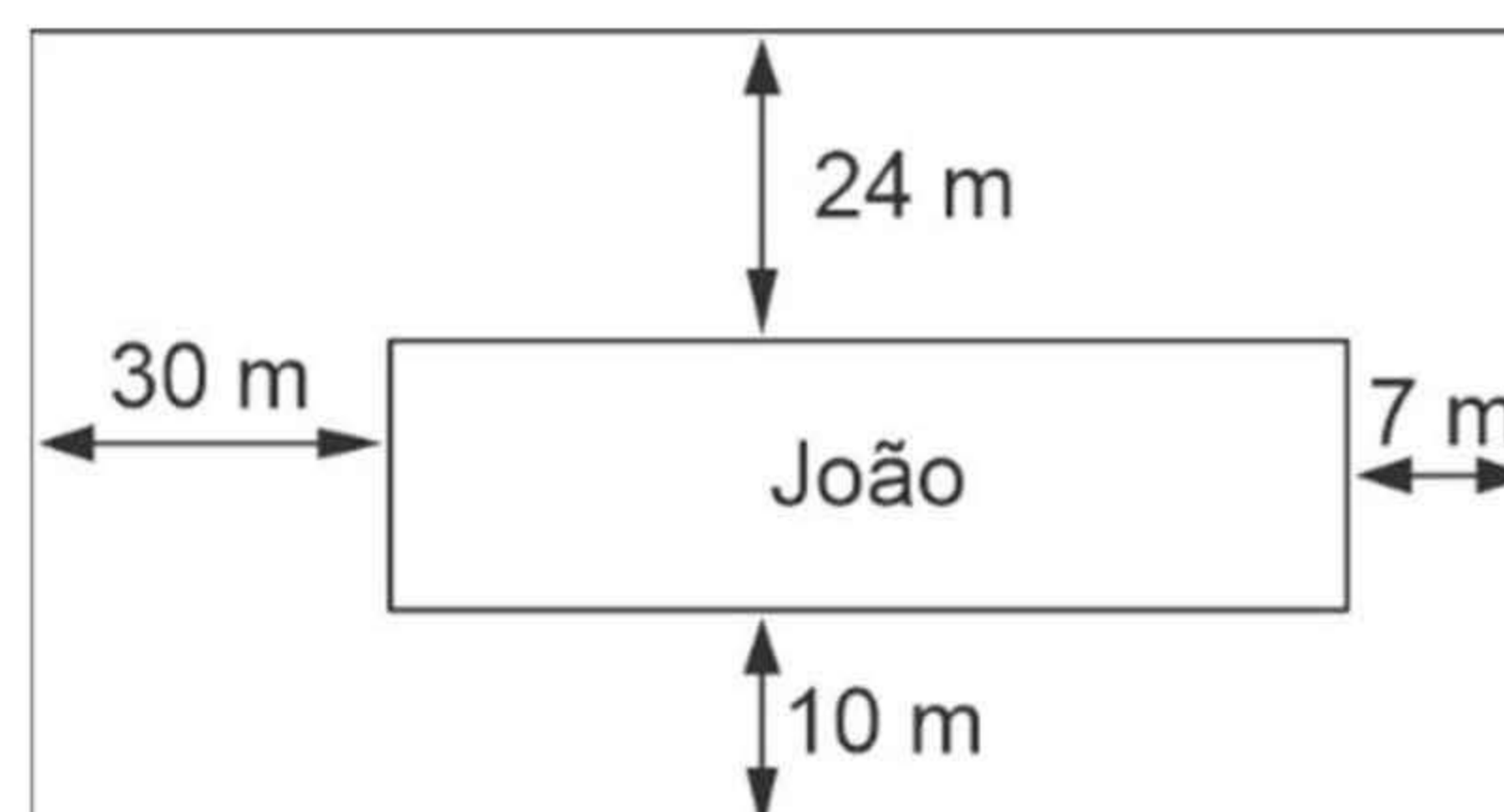
As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
(A) Ainda que se constate as variações de suas formas, conservam-se nos guarda-chuvas um desenho básico.
(B) Não nos cabem nutrir por guarda-chuvas qualquer rejeição por seu aspecto fúnebre e desgracioso.
(C) Deve-se aos guarda-chuvas a lição de uma permanência histórica que a poucas coisas é dado cumprir.
(D) O que costumam faltar em certos objetos funcionais é a conservação de suas características básicas.
(E) Não se podem atribuir aos guarda-chuvas nenhum dos prejuízos de uma obsolescência programada.



5. *Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças.*
- A redação da frase acima permanecerá coerente e correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) posicione-se por conta – intratável
(B) se origine da circunstância – contrário
(C) oponha-se à razão – propício
(D) inclua-se no caso – exposto
(E) tenha o efeito – alheio
-
6. É inteiramente regular a pontuação da frase:
- (A) Não vejo num guarda-chuva, o mesmo encantamento, que lhe dedicou o cronista.
(B) Não me surpreenderia, se o cronista mantivesse por outros objetos, essa mesma veneração.
(C) Não apenas honradez mas também humildade, atribui o cronista, ao guarda-chuva que lhe compraram.
(D) Pouca gente se dispõe de fato, a cultivar por um guarda-chuva, uma relação tão respeitosa como essa.
(E) Há, nos guarda-chuvas, uma variedade mínima de aspectos, que em nada afeta sua essência.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

7. Em um armário há bolas numeradas. Ana gosta de números pares, Bia gosta de números que são múltiplos de 3 e Carla gosta de números que são múltiplos de 5. Cada uma delas foi até o armário e pegou todas as bolas com números de que gosta. Ana pegou as bolas de números 32 e 52; Bia pegou as bolas de números 24, 33 e 45; e Carla pegou as bolas de números 20, 25 e 35. A ordem em que as três foram buscar as bolas é
- (A) Ana, Carla e Bia.
(B) Ana, Bia e Carla.
(C) Bia, Ana, Carla.
(D) Bia, Carla e Ana.
(E) Carla, Bia e Ana.
-
8. Maria comprou um terreno retangular e dividiu-o entre seus dois filhos, João, que ficou com a região retangular interna, e Pedro, que ficou com o restante do terreno. Os lados da região retangular interna são paralelos aos lados do terreno. Algumas medidas entre os limites dos terrenos foram anotadas, como mostra a figura. João cercará a área retangular interna e Pedro cercará a área retangular original.



A diferença entre os dois contornos a serem cercados, em metros, é

- (A) 34.
(B) 142.
(C) 71.
(D) 37.
(E) 284.
-
9. Um trem partiu de Paris com destino a Madri com uma parada em Lyon. Entre os passageiros que partiram de Paris estavam 300 mulheres e alguns homens. Em Lyon, subiram, no trem, 260 homens e 260 mulheres, e ninguém desceu. Ao partir de Lyon, o número de mulheres no trem era $\frac{2}{5}$ do total de passageiros. O número de passageiros homens que partiram de Paris nesse trem era
- (A) 580.
(B) 260.
(C) 280.
(D) 480.
(E) 460.
-

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

10. Na esteira do Decreto nº 3.691/2000, que regulamenta a Lei Federal nº 8.899/1994, as empresas permissionárias e autorizadas de transporte interestadual de passageiros concederão passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes e, para ocupação dessas pessoas, deverão reservar
- (A) seis assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional.
 - (B) três assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional.
 - (C) dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional.
 - (D) quatro assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional.
 - (E) cinco assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional.
-
11. Considere um teatro com capacidade para 500 pessoas e um estádio de futebol com capacidade para 40.000 pessoas. Em ambos os espaços deverão ser reservados espaços livres para pessoas em cadeira de rodas e assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a capacidade de lotação da edificação. Nos termos do Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048/2000 e 10.098/2000, o teatro e o estádio deverão disponibilizar os espaços e assentos, atentando para os requisitos preconizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), respectivamente, na proporção de:
- (A) dois por cento de espaços para pessoas em cadeira de rodas, com a garantia de, no mínimo, um espaço, e dois por cento de assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a garantia de, no mínimo, um assento; trinta espaços para pessoas em cadeira de rodas mais um por cento do que exceder mil lugares e trinta assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mais um por cento do que exceder mil lugares.
 - (B) três por cento de espaços para pessoas em cadeira de rodas, com a garantia de, no mínimo, um espaço, e três por cento de assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a garantia de, no mínimo, um assento; vinte espaços para pessoas em cadeira de rodas mais um por cento do que exceder mil lugares e vinte assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mais um por cento do que exceder mil lugares.
 - (C) dois por cento de espaços para pessoas em cadeira de rodas, com a garantia de, no mínimo, um espaço, e dois por cento de assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a garantia de, no mínimo, um assento; vinte espaços para pessoas em cadeira de rodas mais um por cento do que exceder mil lugares e vinte assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mais um por cento do que exceder mil lugares.
 - (D) três por cento de espaços para pessoas em cadeira de rodas, com a garantia de, no mínimo, um espaço, e três por cento de assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a garantia de, no mínimo, um assento; trinta espaços para pessoas em cadeira de rodas mais um por cento do que exceder mil lugares e trinta assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mais um por cento do que exceder mil lugares.
 - (E) cinco por cento de espaços para pessoas em cadeira de rodas, com a garantia de, no mínimo, um espaço, e cinco por cento de assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a garantia de, no mínimo, um assento; trinta espaços para pessoas em cadeira de rodas mais um por cento do que exceder mil lugares e trinta assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mais um por cento do que exceder mil lugares.

Código de Ética dos Servidores do TRT15ª Região

12. Considere as seguintes atribuições:
- I. Apresentar relatório semestral das atividades da Comissão à Presidência.
 - II. Conhecer de denúncias ou representações formuladas contra servidor, nas quais se apresente, mediante identificação do denunciante, ato contrário à ética.
 - III. Dirimir dúvidas a respeito da interpretação e aplicação do Código de Ética e deliberar sobre os casos omissos.
 - IV. Instaurar, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes, processo sobre conduta que considerar passível de violação às normas éticas.
- Nos termos do Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, compete à Comissão de Ética o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.



13. Considere a seguinte situação hipotética: Poseidon é servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15) e teve contra si instaurado processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Ética dos Servidores do TRT15. Segundo referido Código de Ética, Poseidon terá prazo para formalizar sua defesa prévia e indicar as provas que pretende produzir. O prazo a que se refere o enunciado é de
- (A) trinta dias, contados da data da juntada de sua notificação ao processo.
 - (B) quinze dias, contados da data da juntada de sua notificação ao processo.
 - (C) dez dias, contados de sua notificação.
 - (D) quinze dias, contados de sua notificação.
 - (E) cinco dias, contados de sua notificação.

Regimento Interno do TRT15ª Região

14. Segundo preceitua o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, os(as) Desembargadores(as) ocupantes de cargos de direção do Tribunal
- (A) não farão parte das Seções Especializadas, exceção feita à Seção de Dissídios Coletivos, da qual participam o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente Judicial.
 - (B) farão parte de todas as Seções Especializadas.
 - (C) não farão parte das Seções Especializadas, exceção feita à 1ª e à 2ª Seções Especializadas em Dissídios Individuais, das quais participam o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente Judicial.
 - (D) farão parte de todas as Seções Especializadas, exceção feita à 1ª e à 2ª Seções Especializadas em Dissídios Individuais, das quais participam apenas o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente Judicial.
 - (E) não farão parte das Seções Especializadas, exceção feita à 3ª Seção Especializada em Dissídios Individuais, da qual participam o(a) Presidente e o(a) Vice-Presidente Judicial.

-
15. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,
- (A) poderão ser constituídas tantas Câmaras quantas forem necessárias, por deliberação do Presidente do Tribunal.
 - (B) as Câmaras serão designadas pelos primeiros números ordinais.
 - (C) o Tribunal compõe-se de sete Turmas julgadoras, integradas por todos(as) os(as) seus(suas) Desembargadores(as), subdivididas em Câmaras.
 - (D) cada Câmara será composta por seis Desembargadores(as), observado o critério de antiguidade, e funcionará com 3 de seus membros, incluindo os(as) eventuais Juízes(as) Titulares de Vara do Trabalho atuando como Substitutos(as) ou Convocados(as).
 - (E) as seis primeiras Turmas Julgadoras serão compostas por duas Câmaras e a 7ª Turma funcionará em Câmara única.

Noções de Administração Pública

16. Dentro do contexto de departamentalização na Administração Pública, quando essa é direcionada à distribuição de mais de um tipo de tarefa que ocorre ao mesmo tempo, facilitando a gestão de diferentes equipes, denomina-se de departamentalização
- (A) por projetos.
 - (B) mista.
 - (C) matricial.
 - (D) por processo.
 - (E) por quantidade.

-
17. Com relação à utilização da ferramenta *Balanced Scorecard* (BSC), no processo de gestão estratégica, esta
- (A) trabalha com a consideração de componentes estratégicos, sendo um destes o de metas que mostrarão o desempenho de acordo com cada objetivo escolhido.
 - (B) permite valer-se de conhecimentos adquiridos com a experiência, desconsiderando, entretanto, o indicador de clima organizacional como multifator.
 - (C) detém atenção e clareza sobre micro-objetivos, a fim de facilitar a definição de iniciativas necessárias para foco nos resultados.
 - (D) permite desenhar um planejamento mais abrangente que tão somente aqueles baseados em indicadores financeiros e contábeis.
 - (E) desconsidera a perspectiva do cliente, o que lhe acarreta diversas críticas, apesar do ganho operacional garantido pela ferramenta.

**Noções de Informática**

18. A rede interna de um Tribunal é configurada de forma que todos os computadores possam acessar simultaneamente a Intranet e a Internet, garantindo segurança e alta disponibilidade. Com base nas ferramentas de navegação, boas práticas e tecnologias envolvidas:
- (A) o navegador Mozilla Firefox não permite configurar o uso de servidores *proxy* diretamente em suas opções de rede, exigindo softwares de terceiros para gerenciar conexões seguras em ambientes corporativos.
 - (B) a configuração de um servidor *proxy* permite realizar cache de páginas web e restringir acessos a determinados conteúdos da Internet, o que contribui para aumentar a segurança da rede.
 - (C) ferramentas de pesquisa na Internet, como Bing e Google, utilizam o protocolo SMTP para enviar consultas e receber respostas em tempo real.
 - (D) em redes locais, o endereço IP de dispositivos conectados deve ser configurado manualmente; protocolos como DHCP não são aplicáveis em ambientes de Intranet.
 - (E) para acessar a Intranet, é necessário que o navegador esteja configurado com um certificado digital diretamente no sistema operacional, dispensando qualquer configuração de rede ou permissões no servidor.
-
19. Os computadores utilizados na rede interna de um Tribunal devem estar protegidos contra ataques de *malware* e acessos não autorizados. Em máquinas com esse sistema operacional instalado e funcionando em condições ideais, o Windows 10
- (A) oferece segurança nativa para bloqueio de *worms*, um tipo de *malware* que exige interação do usuário para se propagar na rede, como clicar em um *link* ou abrir um arquivo infectado.
 - (B) dispensa a configuração de um *firewall*, caso já haja um antivírus instalado, pois o antivírus realiza todas as funções de proteção contra acessos não autorizados.
 - (C) possui um recurso nativo chamado *Defender Shield*, que impede a instalação de qualquer programa malicioso e monitora todas as ameaças, caso esteja executando no modo S.
 - (D) possui *antispywares*, que são utilizados exclusivamente para remover vírus que já infectaram o sistema, assim esses vírus são neutralizados e não oferecem mais nenhum tipo de ameaça.
 - (E) oferece o *Windows Defender Antivirus* de forma nativa. Estando no modo ativo, os arquivos são verificados, as ameaças são corrigidas e as ameaças detectadas são listadas nos relatórios de segurança.
-
20. Considere as seguintes características relacionadas aos navegadores Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas versões ideais.
- I. Suporte a múltiplas extensões que permitem personalizar a experiência do usuário e adicionar novas funcionalidades.
 - II. Mecanismos internos para bloquear conteúdos indesejados, como *pop-ups* e *scripts* maliciosos, proporcionando maior segurança na navegação.
 - III. Capacidade de sincronizar dados de navegação, como histórico, senhas e favoritos, entre dispositivos conectados à mesma conta de usuário.
 - IV. Implementação de padrões web, como HTML5 e CSS3, para garantir compatibilidade com a maioria das páginas da internet.
 - V. Dependência do sistema operacional Windows para funcionar corretamente, não sendo compatível com outros sistemas como MacOS ou Linux.
- A característica constante no item
- (A) V não é válida para todos os navegadores, mas as características II, III e IV são válidas para o Mozilla Firefox e o Google Chrome.
 - (B) III é válida para o Google Chrome, enquanto o suporte para sincronização de dados entre dispositivos é uma limitação tanto do Internet Explorer quanto do Mozilla Firefox.
 - (C) IV não é válida para o Microsoft Internet Explorer, pois este navegador teve seu suporte descontinuado em sua versão 13 em 2023 e nunca ofereceu suporte a padrões como HTML5 e CSS3; isso só foi possível em seu substituto, o Microsoft Edge.
 - (D) I é válida apenas para o Google Chrome e a característica V é válida apenas para o Internet Explorer.
 - (E) II é válida para o Mozilla Firefox, mas tanto o Internet Explorer quanto o Google Chrome exigem ferramentas adicionais para bloqueio de conteúdos indesejados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, considere a Constituição Federal de 1988.

21. Após reiteradas decisões sobre matéria constitucional e observado o objetivo previsto na Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal poderá,
- (A) de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois quintos dos seus membros, aprovar súmula que, a partir da sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (B) por provocação daqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, mediante decisão de dois terços dos seus membros, aprovar súmula que, a partir da sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, não possuindo, entretanto, efeito vinculante com relação à administração pública direta e indireta, tendo em vista a separação dos poderes.
 - (C) de ofício ou por provocação, mediante decisão de metade dos seus membros, aprovar súmula que, a partir da sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, sendo que do ato administrativo que contrariar a súmula aplicável caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (D) por provocação daqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade, mediante decisão de metade dos seus membros, aprovar súmula que, a partir da sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, sendo que da decisão judicial que indevidamente aplicar a súmula caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, aprovar súmula que, a partir da sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
-
22. Gilberto é aposentado filiado à organização sindical de sua categoria profissional e deseja votar nas eleições sindicais. Seus filhos, Mariah, que tem 25 anos de idade, e João Miguel, que tem 17 anos de idade, buscam emprego registrado em uma empresa no período noturno, a fim de conciliarem o trabalho com os estudos realizados no período diurno. Nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, Gilberto
- (A) não poderá votar nem ser votado, por ser aposentado, sendo que apenas Mariah poderá realizar o trabalho que pretende, proibido, para João Miguel, o trabalho noturno.
 - (B) tem direito a votar, mas não tem direito a ser votado na organização sindical à qual é filiado, sendo que apenas Mariah poderá realizar o trabalho que pretende, proibido, para João Miguel, o trabalho noturno.
 - (C) tem direito a votar e ser votado na organização sindical à qual é filiado, sendo que apenas Mariah poderá realizar o trabalho que pretende, proibido, para João Miguel, o trabalho noturno.
 - (D) tem direito a votar e ser votado na organização sindical à qual é filiado, sendo que o trabalho noturno é proibido tanto para Mariah quanto para João Miguel.
 - (E) tem direito a votar e ser votado na organização sindical à qual é filiado, sendo que o trabalho noturno é permitido tanto para Mariah quanto para João Miguel.
-
23. Robson, brasileiro, trabalha no exterior, a serviço do Brasil, onde reside com sua esposa, Gertrudes, que não é brasileira. Nesse país estrangeiro nasceram os filhos do casal: Franciso e Melissa. Alguns anos após o nascimento dos filhos, Robson adquiriu a nacionalidade do país em que reside e, por conta disso, não quer mais ter a nacionalidade brasileira. Já Franciso e Melissa desejam estudar no Brasil quando atingirem a maioridade, sendo a pretensão de Francisco se tornar Ministro do Supremo Tribunal Federal e a de Melissa se tornar Ministra do Superior Tribunal de Justiça. Nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, Robson
- (A) poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira se fizer pedido expresso perante autoridade brasileira competente, e apenas Melissa poderá exercer o cargo que pretende, não podendo Francisco se tornar Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira se fizer pedido expresso perante autoridade brasileira competente, e Franciso e Melissa não poderão exercer os cargos que pretendem.
 - (C) não poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira, pois é brasileiro nato, e Franciso e Melissa poderão exercer os cargos que pretendem.
 - (D) não poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira, pois é brasileiro nato, e Franciso e Melissa não poderão exercer os cargos que pretendem.
 - (E) poderá ter declarada a perda da nacionalidade brasileira se fizer pedido expresso perante autoridade brasileira competente, e Franciso e Melissa poderão exercer os cargos que pretendem.



24. Com relação à Justiça do Trabalho, considere:

- I. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- II. Um quinto dentre advogados com, no mínimo, quinze anos de efetiva atividade profissional, desde que sejam brasileiros com menos de setenta anos de idade, compõe o Tribunal Superior do Trabalho.
- III. Um terço de membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, desde que sejam brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, compõe o Tribunal Superior do Trabalho.
- IV. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer a supervisão administrativa, orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e, também, do Tribunal Superior do Trabalho, como órgão central do sistema, cujas decisões, entretanto, não terão efeito vinculante.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) I.
- (E) IV.

25. Inclui-se na competência dos juízes federais processar e julgar

- (A) os crimes contra a organização do trabalho e os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- (B) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal, e as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município.
- (C) as causas em que a União for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, inclusive as de falência e as de acidentes de trabalho, exceto as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (D) os mandados de segurança contra ato de juiz federal e as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro.
- (E) os mandados de segurança contra ato dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e as causas em que empresa pública federal for interessada na condição de autora ou ré, inclusive as de falência e as de acidente de trabalho.

Direito Administrativo

26. A propósito do regime jurídico único, o STF, em precedente qualificado, decidiu:

- (A) o servidor público faz jus à contagem especial do tempo de serviço prestado em condições insalubres, perigosas ou penosas, em período sob regime celetista, anteriormente à instituição do regime jurídico único.
- (B) as regras do regime jurídico único aplicam-se, em caráter subsidiário, aos magistrados e membros dos Tribunais de Contas.
- (C) o regime jurídico único deveria ser implementado também nas empresas estatais prestadoras de serviços públicos, em vista do fenômeno de “autarquização” dessas entidades.
- (D) o regime estatutário era obrigatório na administração autárquica dos Estados e Municípios, ainda que não houvesse norma específica implementando o regime jurídico único.
- (E) tal regime era obrigatório para admissão nos Conselhos Profissionais, dada sua natureza autárquica.

27. Acerca do uso da arbitragem nos contratos administrativos, a Lei nº 14.133/2021 preceitua que:

- (A) a arbitragem é o único meio alternativo de prevenção e resolução de controvérsias aplicável às contratações da Administração Pública.
- (B) a arbitragem será sempre em língua portuguesa.
- (C) a arbitragem será de direito ou de equidade e respeitará o princípio da publicidade.
- (D) ainda que não haja cláusula compromissória no contrato original, este poderá ser aditado para permitir o emprego de arbitragem.
- (E) é vedado o emprego de árbitros estrangeiros.



28. A respeito do chamado “ciclo de polícia” e da delegação dos poderes de polícia administrativa a entidades da Administração Indireta, o entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que
- (A) as fases de consentimento, fiscalização e sanção são delegáveis unicamente a pessoas jurídicas de direito público.
 - (B) as fases de consentimento, fiscalização e sanção são delegáveis a pessoas de direito privado, desde que prestadoras de serviço público em regime de monopólio.
 - (C) as fases de ordem, fiscalização e sanção são delegáveis a toda e qualquer entidade da Administração Indireta.
 - (D) as fases de ordem, consentimento e sanção somente são delegáveis a entidades de natureza autárquica.
 - (E) os poderes de polícia administrativa são indelegáveis, devendo ser exercidos por órgãos pertencentes à Administração Direta.
-
29. A Lei nº 8.112/1990 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), a respeito da responsabilidade disciplinar, dispõe que
- (A) a responsabilidade do servidor será afastada sempre que absolvido em processo criminal relativo ao mesmo fato.
 - (B) a única penalidade aplicável aos ocupantes de cargo em comissão é a exoneração.
 - (C) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade que tenha sido aplicada.
 - (D) o cancelamento de penalidade pelo decurso de tempo surtirá efeitos retroativos.
 - (E) o prazo de prescrição para abertura de sindicância ou processo disciplinar inicia na data do cometimento da conduta considerada irregular.
-
30. Um empregado em uma empresa estatal prestadora de serviços públicos, exercendo função de gerente de uma das áreas da empresa, passou a assediar sexualmente uma usuária dos serviços públicos. Nessa hipótese,
- (A) a ação judicial em favor da vítima para reparação do dano moral deve ser proposta em face da empresa estatal, exclusivamente.
 - (B) o referido gerente está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), visto que praticou ato que atenta contra princípios da Administração Pública.
 - (C) não cabe ação judicial contra a empresa estatal com o fim de obter reparação do dano moral, visto que se trata de conduta tipicamente privada, não associada à prestação de serviços públicos.
 - (D) a empresa estatal responderá apenas se comprovada a culpa *in eligendo* ou *in vigilando*, visto que não é aplicável a responsabilidade objetiva à hipótese.
 - (E) a ação judicial em favor da vítima para reparação do dano moral deve ser proposta em face da empresa estatal e do gerente, em litisconsórcio necessário.

Direito do Trabalho

31. Zaqueu, trabalhador portuário avulso no porto de Santos, executa atividades de capatazia que, de acordo com a legislação específica, referem-se a
- (A) movimentação de mercadorias nos conveses ou nos porões das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação, peaço e despeço, bem como o carregamento e a descarga, quando realizados com equipamentos de bordo.
 - (B) reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura de volumes para vistoria e posterior recomposição.
 - (C) contagem de volumes, anotação de suas características, procedência ou destino, verificação do estado das mercadorias, assistência à pesagem, conferência do manifesto e demais serviços correlatos, nas operações de carregamento e descarga de embarcações.
 - (D) limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos.
 - (E) movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário.



32. Duilio trabalha como engenheiro de manutenção em uma empresa multinacional na cidade de Campinas. Em razão de reestruturações realizadas, a empresa decidiu transferir Duilio definitivamente para sua recém-inaugurada unidade de Manaus, em razão de necessidade do serviço para garantir uma manutenção eficiente na nova planta industrial. O contrato de trabalho firmado por Duilio prevê a possibilidade de transferência. Contudo, ele é casado e tem dois filhos em idade escolar e sua esposa é empregada de uma outra empresa, estando prestes a ser promovida. Considerando a situação e de acordo com as previsões legais, a transferência de Duilio, mesmo havendo previsão contratual,
- (A) depende da concordância do empregado.
 - (B) só poderia ser exigida pela empresa se Duilio não tivesse dependentes familiares.
 - (C) é válida, porque está justificada por necessidade do serviço.
 - (D) é permitida, mas a empresa deve custear as despesas de mudança e pagar um adicional salarial de 25%.
 - (E) é inválida, pois a situação familiar concreta (filhos em idade escolar e esposa que trabalha e está prestes a ser promovida) prevalece sobre previsão contratual de transferência.

33. Sobre as hipóteses de responsabilização por verbas trabalhistas, de acordo com as previsões legais e o entendimento pacificado pelo TST em suas Orientações Jurisprudenciais, considere:
- I. As empresas tomadoras do trabalho avulso de movimentação de mercadorias em geral respondem solidariamente pela efetiva remuneração do trabalho contratado e são responsáveis pelo recolhimento dos encargos fiscais e sociais, bem como das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social, no limite do uso que fizerem do trabalho avulso intermediado pelo sindicato.
 - II. As empresas integrantes do grupo econômico têm responsabilidade solidária em relação aos direitos trabalhistas dos empregados de todos os integrantes do grupo.
 - III. A empresa sucedida responderá subsidiariamente em relação à sucessora, desde que fique comprovada fraude na transferência.
 - IV. O Estado-Membro é responsável subsidiariamente com a Associação de Pais e Mestres pelos encargos trabalhistas dos empregados contratados por esta última.
 - V. O contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e V.
34. Como instituto típico das rescisões sem justa causa dos contratos de trabalho, que tem por objetivo tornar a intenção da parte que quiser rescindir o contrato conhecida da outra parte, com determinada antecedência, o aviso prévio é regulado por lei e sua concessão e seus efeitos são objeto de diversos entendimentos consolidados pelo TST, em especial através de suas Súmulas. Entre as disposições legais e os entendimentos do TST, destaca-se a previsão de que:
- (A) a concessão no curso do aviso prévio, trabalhado ou indenizado, de guarda provisória para fins de adoção não assegura ao empregado adotante a estabilidade provisória.
 - (B) em se tratando de empregado que recebe salário variável, pago na base de tarefa, o cálculo do aviso prévio indenizado deverá ser feito levando em conta a média dos últimos 12 meses de serviço.
 - (C) o valor das horas extras habituais e as gorjetas recebidas pelo empregado integram o aviso prévio indenizado.
 - (D) a redução do horário de trabalho durante o aviso prévio dado pelo empregador pode ser substituída pelo pagamento das horas que foram trabalhadas.
 - (E) o empregado não tem direito ao reajuste salarial coletivo concedido no curso do período do aviso prévio, se este tiver sido indenizado.



35. Lázaro trabalha como segurança em um hospital privado, desde 2019. Sua jornada regular era das 22h às 5h, de segunda a sexta-feira. Durante um período de alta demanda, ele foi convocado para realizar duas horas extras diariamente, estendendo seu horário até às 7h. Em janeiro de 2025, Lázaro foi transferido para o período diurno, passando a cumprir jornada de trabalho das 7h às 16h. De acordo com as previsões legais e o entendimento pacificado do TST em súmulas e Orientações Jurisprudenciais, Lázaro tem direito
- (A) ao adicional noturno de 20% apenas em relação às horas trabalhadas entre 22h e 5h, sendo que, em relação às horas extras realizadas após esse horário, não receberá esse adicional, mas apenas o adicional de horas extras.
 - (B) ao recebimento do adicional noturno, mesmo após a transferência para o período diurno, que será incorporado à sua remuneração, sob pena de redução salarial.
 - (C) ao adicional noturno de pelo menos 25% em relação às horas trabalhadas entre 22h e 5h, e também sobre as horas extras prestadas em prorrogação à jornada noturna.
 - (D) ao adicional noturno de pelo menos 20% em relação às horas trabalhadas entre 22h e 5h, e também sobre as horas extras prestadas em prorrogação à jornada noturna, sendo que, durante o período em que foi pago, o adicional noturno integra seu salário para todos os efeitos.
 - (E) a não ser transferido para horário diurno, porque isso implicaria em redução salarial pela perda do recebimento do adicional noturno.
-
36. Os trabalhadores de uma empresa de transporte coletivo, após assembleia no sindicato, decidiram entrar em greve para reivindicar melhores condições de trabalho e reajuste salarial. A decisão dos trabalhadores foi comunicada pelo sindicato à empresa 72 horas antes do início da greve. Durante a paralisação, 30% da frota de ônibus permaneceu em operação, assegurando um atendimento mínimo à população. Considerando os dados fáticos fornecidos e as disposições legais, a greve
- (A) é abusiva, pois o transporte público é considerado serviço essencial, e o Tribunal deverá determinar o imediato retorno ao trabalho.
 - (B) é abusiva, pois a greve em serviços essenciais deve ser comunicada à empresa e aos usuários, com antecedência mínima de 72 horas da paralisação.
 - (C) não é abusiva, pois, além de comunicar à empresa com a antecedência mínima exigida por lei, os trabalhadores mantiveram parte do serviço em funcionamento, para atendimento da população.
 - (D) não é abusiva, pois o direito de greve é garantido constitucionalmente, sendo mecanismo necessário para busca de melhoria das condições dos trabalhadores, ainda mais quando não se trata de serviços essenciais ligados à sobrevivência, à saúde ou à segurança da população.
 - (E) é abusiva, pois, tratando-se de serviço essencial, deve ser mantido pelo menos 50% da frota de ônibus em funcionamento.
-
37. Visando o apoio à parentalidade, o legislador instituiu medidas de flexibilização do regime de trabalho, entre as quais destaca-se a
- (A) alocação de vagas para as atividades que possam ser efetuadas por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância às empregadas e aos empregados com filho, enteado ou pessoa sob guarda judicial com deficiência, com até 6 anos de idade.
 - (B) priorização na adoção do regime de tempo parcial, considerada a vontade expressa dos empregados e das empregadas, até o sexto ano do nascimento do filho ou enteado, da adoção ou da guarda judicial.
 - (C) priorização na adoção do regime de tempo parcial, considerada a vontade expressa dos empregados e das empregadas, até o segundo ano do nascimento do filho ou enteado, da adoção ou da guarda judicial, exceto no caso de empregado ou de empregada que tiver filho, enteado ou pessoa sob guarda judicial com deficiência.
 - (D) possibilidade de antecipação de férias individuais dos empregados e das empregadas até o segundo ano do nascimento do filho ou enteado, da adoção ou da guarda judicial, ainda que não tenha transcorrido o seu período aquisitivo.
 - (E) adoção de regime especial de compensação de jornada de trabalho por meio de banco de horas às empregadas e aos empregados com filho, enteado ou pessoa sob guarda judicial com deficiência até 6 anos de idade, sendo que, na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, as horas acumuladas ainda não compensadas não poderão, em nenhuma hipótese, ser descontadas das verbas rescisórias.
-
38. Em relação à terceirização, caracterizada como a transferência feita pela contratante a terceiro da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, o Supremo Tribunal Federal adotou Teses de Repercussão Geral, entre as quais a que prevê que
- (A) são assegurados aos empregados da empresa prestadora de serviços os mesmos valores de salário dos empregados da tomadora, quando e enquanto os serviços, que podem ser de qualquer uma das atividades da contratante, forem executados nas dependências da tomadora.
 - (B) o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, em caráter subsidiário.
 - (C) é responsabilidade da contratada garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, ainda que o trabalho seja realizado nas dependências da contratante ou local previamente convencionado em contrato.
 - (D) a licitude da terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas depende do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.
 - (E) a equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviço e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratar de agentes econômicos distintos que não podem estar sujeitos a decisões empresárias que não são suas.



39. Francidalva trabalha como engenheira civil em uma construtora na cidade de São Paulo há 4 anos, recebendo um salário mensal de R\$ 12.000,00. Recentemente, ela descobriu que Gideon, outro engenheiro civil da mesma empresa, contratado há 1 ano e que trabalha em Campinas, recebe R\$ 15.000,00, mesmo desempenhando as mesmas atividades, com idêntica produtividade e perfeição técnica. Francidalva decide pleitear equiparação salarial, mas a empresa argumenta que Gideon foi contratado com um salário superior devido a condições de mercado específicas de Campinas, onde há maior demanda por engenheiros civis. Considerando as disposições legais, Francidalva
- (A) não tem direito à equiparação salarial porque Gideon trabalha em um município diferente, sendo que condições de mercado regionais podem justificar diferenças salariais entre localidades distintas.
 - (B) tem direito à equiparação salarial porque Campinas pertence à mesma região metropolitana de São Paulo, e, nesse caso, as condições de mercado não podem ser utilizadas para justificar a diferença salarial.
 - (C) não tem direito à equiparação salarial porque a diferença de tempo de serviço na função entre ela e Gideon é superior a dois anos, o que impede a equiparação, independentemente de outras condições.
 - (D) não terá direito à equiparação salarial se a empresa possuir plano de cargos e salários devidamente registrado no Ministério do Trabalho.
 - (E) tem direito à equiparação salarial porque a diferença salarial não pode ser justificada exclusivamente por condições de mercado regionais diferentes em municípios distintos, sendo evidente a discriminação por motivo de sexo.

Direito Processual do Trabalho

40. Entre as atribuições do Ministério Público do Trabalho previstas em Lei está a de promover, junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas. Nesse contexto, de acordo com o entendimento pacificado pelo TST em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para
- (A) propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, mas somente se não tiver sido ouvido no processo em que lhe era obrigatório a intervenção ou então quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.
 - (B) atuar na qualidade de substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade, tendo em vista o interesse coletivo da proteção da saúde dos trabalhadores.
 - (C) recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, quando se tratar de empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (D) recorrer de decisão que declara a existência de vínculo de emprego com sociedade de economia mista ou empresa pública, sem a prévia aprovação em concurso público.
 - (E) arguir, ao exarar parecer na remessa de ofício, na qualidade de *custos legis*, prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial.
41. A prova pericial é realizada quando a comprovação do fato depender de conhecimento técnico ou científico, caso em que o juiz será assistido por perito. De acordo com as previsões legais e o entendimento sumulado do TST, os honorários periciais
- (A) deverão ser pagos de uma só vez, no valor fixado pelo juiz, não se admitindo parcelamento.
 - (B) serão fixados pelo juiz, respeitando o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
 - (C) deverão ser adiantados, na forma definida pelo juiz, pela parte que requereu a realização da perícia, com a devida compensação ao final do processo.
 - (D) são de responsabilidade da parte sucumbente no objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.
 - (E) serão pagos, juntamente com os honorários dos assistentes técnicos, pela parte sucumbente no objeto da perícia.
42. A ação rescisória é uma ação especial de competência originária dos tribunais, que se destina a atacar a coisa julgada. De cabimento restrito, admitida apenas nas hipóteses expressamente previstas em lei, tem seu ajuizamento sujeito ao prazo decadencial de dois anos, que, segundo entendimento sumulado do TST,
- (A) é contado do dia do trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida na causa.
 - (B) na hipótese de colusão das partes, começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.
 - (C) tem seu termo inicial postergado pela interposição de recurso, ainda que intempestivo, caso em que terá início no dia útil subsequente à decisão de não conhecimento do recurso.
 - (D) pode ser afastado pelo tribunal quando do julgamento do recurso ordinário, caso em que o processo retornará necessariamente ao juízo de origem para apreciar a lide, sob pena de ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição.
 - (E) tem seu termo inicial postergado quando oposta exceção de incompetência, desde que tenha sido aviado o recurso próprio.



43. Os trabalhadores de uma indústria metalúrgica, representados pelo sindicato da categoria, estão em negociação com o sindicato patronal para a renovação da convenção coletiva de trabalho. Eles reivindicam um reajuste salarial de 10%, aumento no vale-alimentação e melhorias nas condições de segurança. Após várias rodadas de negociação, as partes não chegaram a um acordo, tendo sido recusada a proposta das empresas que, sob a alegação de dificuldades financeiras, afirmaram somente ser possível a concessão de um reajuste de 4%. Diante do impasse, os trabalhadores convocaram uma assembleia geral visando decidir sobre deflagração de greve. Porém, antes da realização da assembleia, o sindicato da categoria profissional ajuizou um dissídio coletivo de natureza econômica no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da respectiva região para resolver a questão. De acordo com a Constituição Federal,
- (A) o sindicato dos trabalhadores não poderia ajuizar o dissídio coletivo sem deflagrar a greve, pois esta é uma condição obrigatória para a instauração do processo.
 - (B) o TRT não tem competência para decidir sobre reajuste salarial em dissídio coletivo, uma vez que tal matéria deve ser resolvida exclusivamente por negociação direta entre as partes.
 - (C) o TRT pode conceder o reajuste salarial, mas somente se o sindicato dos trabalhadores comprovar que a empresa possui capacidade financeira para suportar o aumento pleiteado.
 - (D) diante do esgotamento das tentativas de negociação prévia, o ajuizamento do dissídio coletivo era a única alternativa para o sindicato dos trabalhadores, sendo que a deflagração de greve somente poderia ocorrer antes de findarem as negociações.
 - (E) a solução jurisdicional para o conflito coletivo de trabalho somente poderia ter sido buscada se ambas as partes estivessem em consenso a esse respeito, sendo este um pressuposto processual do dissídio coletivo.
-
44. Entre os pressupostos objetivos dos recursos está o preparo, que abrange o pagamento das custas processuais e do depósito recursal. De acordo com a previsão legal e o entendimento sumulado do TST, o depósito recursal
- (A) não é exigido da empresa em liquidação extrajudicial, não ocorrendo a deserção por falta do seu pagamento.
 - (B) é exigível para a interposição de recurso ordinário em sede de ação rescisória, independentemente de ter havido condenação em pecúnia.
 - (C) será reduzido em 50% para os empregadores domésticos, para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as entidades filantrópicas.
 - (D) não é obrigatório para a interposição de agravo de instrumento, quando este tenha por finalidade destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, substanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial.
 - (E) é exigido para a interposição de recurso por cada uma das empresas reclamadas, se a condenação foi solidária.
-
45. De acordo com a Lei que dispõe sobre a informatização do processo judicial e regula o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais,
- (A) os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria ou encaminhados por meio de protocolo integrado judicial nacional no prazo de 10 dias contado do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
 - (B) as notificações e intimações para a Fazenda Pública serão feitas por meio eletrônico, mas a sua citação deve ser feita diretamente ao seu representante legal, visando a proteção do interesse público.
 - (C) quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados somente até as 23 horas e 59 minutos do último dia.
 - (D) se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, a Presidência do Tribunal respectivo deve divulgar Portaria fixando os critérios para prorrogação dos prazos.
 - (E) os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos deverão ser certificados, quanto à sua autenticidade, pelo advogado da parte, sob pena de serem desconsiderados.
-
46. A uniformização de jurisprudência objetiva a interpretação do direito no âmbito dos tribunais através da edição, de acordo com as previsões dos respectivos regimentos internos, de enunciados de súmula correspondentes à sua jurisprudência dominante. No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Regimento Interno contém preceitos para edição, revisão ou cancelamento de súmula, entre os quais a previsão de que
- (A) a proposta de revisão da jurisprudência compendiada na Súmula será feita por Ministro Presidente das Turmas, que determinará o sobrestamento do feito até decisão final.
 - (B) a alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula poderá, a critério do Presidente do Tribunal, ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese, caso em que o prazo para emissão de parecer começará a fluir da conclusão das audiências.
 - (C) as sessões do Tribunal Pleno para deliberação sobre estabelecimento, revisão e/ou cancelamento de súmulas deverão ser públicas e divulgadas com, no mínimo, 20 dias de antecedência.
 - (D) será aprovado o projeto de estabelecimento, revisão e/ou cancelamento de súmulas quando a ele anuir a maioria simples dos membros do Tribunal Pleno, que desde já fixarão o teor do texto a ser editado.
 - (E) se algum dos Presidentes de Turmas propuser revisão da jurisprudência compendiada na Súmula, em julgamento perante a Turma, esta, se acolher a proposta, remeterá o feito à Seção Especializada em Dissídios Individuais para deliberação.



47. De acordo com a Instrução Normativa nº 40 do TST, que dispõe sobre o cabimento de recurso das decisões de admissibilidade de recurso de revista proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho,
- (A) cabe agravo de instrumento da decisão que negar seguimento ao recurso de revista interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do TST, exarado nos regimes de julgamento de recursos repetitivos, de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência.
 - (B) admitido apenas parcialmente o recurso de revista, constitui ônus da parte impugnar, mediante agravo interno, o capítulo denegatório da decisão, sob pena de preclusão.
 - (C) se houver omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista quanto a um ou mais temas, é ônus da parte interpor embargos de declaração para o órgão prolator da decisão embargada supri-la, sob pena de preclusão.
 - (D) se a decisão regional se abster de exercer controle de admissibilidade sobre qualquer tema objeto de recurso de revista, a parte deverá requerer, no prazo de 5 dias, a nulidade da decisão, em petição dirigida ao TST.
 - (E) havendo no recurso de revista capítulo que não esteja em conformidade com entendimento do TST exarado nos regimes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência, constitui ônus da parte impugnar, simultaneamente, mediante agravo interno, a fração da decisão denegatória respectiva, sob pena de preclusão.
-
48. Diversas das controvérsias acerca da competência material da Justiça do Trabalho foram definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com adoção de Teses de Repercussão Geral, entre as quais, a que estabelece ser da competência da Justiça
- (A) do Trabalho o julgamento das demandas em que se discutem o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.
 - (B) do Trabalho o julgamento da abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração Pública direta, de autarquias e de fundações públicas.
 - (C) Comum o julgamento de ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa.
 - (D) do Trabalho a execução das contribuições previdenciárias atinentes ao vínculo de trabalho reconhecido na decisão, mas sem condenação ou acordo quanto ao pagamento das verbas salariais que lhe possam servir como base de cálculo.
 - (E) Comum estadual o julgamento das ações de interdito proibitório em que se busca garantir o livre acesso de funcionários e de clientes às agências bancárias interditadas em decorrência de movimento grevista.
-

Direito Civil

49. De acordo com o Código Civil, o pacto comissório é
- (A) proibido no contrato de hipoteca.
 - (B) cláusula essencial dos contratos de corretagem.
 - (C) cláusula que estipula o pagamento de comissão no caso de desistência ou arrependimento do negócio.
 - (D) cláusula que estipula o pagamento de comissão no caso de conclusão do negócio.
 - (E) permitido em qualquer tipo de contrato, desde que os contratantes sejam plenamente capazes.
-
50. Renato firmou com Laura um contrato de mútuo, mediante o qual emprestou-lhe a importância de R\$ 10.000,00, a ser paga no prazo de um ano com o acréscimo de juros de 1% ao mês. Deixando de honrar a dívida no vencimento, por não ter dinheiro suficiente para o adimplemento da prestação que lhe cabia, Laura ofereceu a Renato, em pagamento da dívida, uma motocicleta avaliada em mais do que o dobro do valor devido. Entretanto, Renato não aceitou o bem em pagamento. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a recusa de Renato foi
- (A) lícita, porque ele só seria obrigado a aceitar a dação em pagamento se o bem oferecido fosse imóvel.
 - (B) lícita, porque ele só seria obrigado a aceitar a dação em pagamento se tivesse sido proposta antes do vencimento da dívida.
 - (C) ilícita, porque Laura não dispunha de dinheiro para pagar a dívida nos termos originalmente convencionados.
 - (D) ilícita, porque a dação em pagamento não pode ser recusada se o bem dado em pagamento valer mais do que o dobro da prestação original.
 - (E) lícita, porque ele não era obrigado a receber prestação diversa da que lhe era devida, ainda que mais valiosa.
-
51. De acordo com o Código Civil, são direitos reais
- (A) o usufruto, a fiança e o penhor.
 - (B) a propriedade, a hipoteca e a herança.
 - (C) a laje, a habitação e o uso.
 - (D) o penhor, a superfície e o direito à imagem.
 - (E) a anticrese, as servidões e o direito à vida.
-



52. Marcela nasceu em São Paulo, firmou testamento em Campinas, estabeleceu seu último domicílio em Jundiaí e faleceu em Limeira, deixando aos seus herdeiros apenas um imóvel localizado em Sorocaba. De acordo com o Código Civil, a sucessão de Marcela abre-se em
- (A) São Paulo.
 - (B) Jundiaí.
 - (C) Campinas.
 - (D) Limeira.
 - (E) Sorocaba.

Direito Processual Civil

53. De acordo com o Código de Processo Civil, a eleição de foro somente produz efeito quando constar de instrumento
- (A) escrito, público ou particular, aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, ressalvada a pactuação consumerista, quando favorável ao consumidor.
 - (B) público, aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, ressalvada a pactuação consumerista, quando favorável ao consumidor.
 - (C) escrito, público ou particular, e aludir expressamente a determinado negócio jurídico, independentemente de guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação.
 - (D) escrito, público ou particular, ainda que não aluda expressamente a determinado negócio jurídico, desde que ele possa ser depreendido das circunstâncias e guarde pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, inclusive no âmbito de pactuação consumerista.
 - (E) público, aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, inclusive em se tratando de relação consumerista, independentemente de ser ou não favorável ao consumidor.
54. De acordo com o Código de Processo Civil, a execução por quantia certa realiza-se pela expropriação de bens do executado, consistente em:
- (A) alienação em leilão, somente.
 - (B) adjudicação, alienação e apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.
 - (C) adjudicação, comissão, leilão e praxeamento.
 - (D) praxeamento e comissão, somente.
 - (E) leilão, venda direta e desapropriação, somente.
55. De acordo com o Código de Processo Civil, o seguinte evento não enseja a suspensão do processo:
- (A) admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - (B) convenção das partes.
 - (C) arguição de suspeição do juiz.
 - (D) morte de um dos autores, no caso de haver litisconsórcio ativo facultativo.
 - (E) pedido de gratuidade da justiça formulado após a primeira manifestação da parte na instância.
56. De acordo com o Código de Processo Civil, caberá reclamação para
- (A) preservar a competência do tribunal.
 - (B) impugnar qualquer ato judicial, inclusive sentença, sempre que o recurso contra ele cabível for desprovido de efeito suspensivo.
 - (C) impugnar qualquer ato judicial, exceto sentença, sempre que o recurso contra ele cabível for desprovido de efeito suspensivo.
 - (D) garantir a observância de enunciado de súmula de qualquer tribunal do País.
 - (E) exigir a apreciação de questão fundamental para o julgamento da causa que não tenha sido decidida pelo juízo competente mesmo depois da interposição de embargos de declaração.

**Direito Previdenciário**

57. O regime de previdência complementar é organizado em caráter privado, sendo facultativo e baseado em critérios de segurança jurídica e transparência. Considerando as disposições relacionadas ao tema,
- (A) os planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar podem ser oferecidos a quaisquer interessados, desde que haja autorização expressa da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).
 - (B) a relação entre participantes e entidades de previdência complementar no âmbito das entidades abertas é obrigatoriamente regida pelo regime jurídico de direito público, em virtude do caráter social dessas organizações.
 - (C) as entidades de previdência complementar fechadas possuem personalidade jurídica de direito público e têm como finalidade exclusiva a gestão de planos de benefícios previdenciários.
 - (D) as contribuições vertidas para os planos de previdência complementar são destinadas exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários e não podem ser utilizadas para outras finalidades, mesmo em caso de liquidação ou insuficiência patrimonial do plano.
 - (E) a relação contratual no regime de previdência complementar possui natureza jurídica autônoma em relação ao vínculo empregatício ou estatutário, sendo baseada no regime de capitalização e adesão facultativa.
-
58. Com base nos aspectos constitucionais da Previdência Social,
- (A) o regime geral de previdência social deve atender de forma compulsória todos os trabalhadores e garantir a cobertura exclusiva de eventos decorrentes de invalidez, idade avançada e morte.
 - (B) a Constituição Federal assegura que a previdência complementar será organizada de forma obrigatória para todos os trabalhadores, com gestão pública e contribuição solidária entre participantes e empregadores.
 - (C) a previdência social deve observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, sendo vedada a adoção de critérios diferenciados para concessão de benefícios, mesmo em caso de atividades prejudiciais à saúde.
 - (D) a Constituição Federal estabelece que o regime geral de previdência social abrange, entre outros benefícios, a cobertura dos eventos de doença, invalidez e maternidade, além da proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
 - (E) a previdência complementar será regulada por lei complementar e poderá ser organizada em regime de repartição simples, sendo sua adesão garantida de forma automática aos trabalhadores vinculados ao regime geral.
-
59. Com base na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), com suas alterações posteriores, em relação à organização da assistência social no Brasil:
- (A) A assistência social é de livre adesão e, por isso, não é organizada como política pública, sendo implementada exclusivamente por entidades privadas e beneficentes, sem qualquer interferência do Estado.
 - (B) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza a assistência social em um sistema federativo, sendo o financiamento exclusivo da União, enquanto estados e municípios possuem apenas funções administrativas.
 - (C) A assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, sendo organizada em um sistema descentralizado e participativo, que se estrutura a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com financiamento compartilhado entre a União, os estados e os municípios.
 - (D) Entre os princípios da assistência social, destaca-se a prevalência da lógica meritocrática, com a concessão de benefícios condicionada ao desempenho econômico das famílias atendidas.
 - (E) O Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela LOAS, é concedido exclusivamente à pessoa idosa com mais de 65 anos, sem previsão para pessoas com deficiência e doenças graves.
-
60. Sobre o custeio do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), com fulcro na Lei nº 8.212/1991 e suas alterações posteriores:
- (A) As contribuições sociais destinadas ao custeio do RGPS incidem exclusivamente sobre a folha de salários e rendimentos do trabalho das empresas, sendo vedada a utilização de outras bases de cálculo, como a receita ou o faturamento.
 - (B) O empregador rural pessoa física está isento de recolher contribuições previdenciárias, desde que comprove o exercício de atividade exclusivamente de subsistência, sem qualquer comercialização de produtos.
 - (C) As alíquotas de contribuição do segurado empregado ao RGPS variam de forma progressiva, conforme a faixa salarial, e incidem sobre a totalidade da remuneração recebida, sem qualquer limite máximo de contribuição.
 - (D) Integram o custeio do RGPS, entre outras fontes, as contribuições devidas pelas empresas sobre a receita ou faturamento, bem como a receita de concursos de prognósticos.
 - (E) O segurado especial, que exerce atividades em regime de economia familiar, é obrigado a recolher mensalmente uma contribuição previdenciária fixa, calculada com base no salário-mínimo, independentemente de haver comercialização de sua produção.

PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:
Conforme Edital publicado, Capítulo 11: itens 11.2 A **Prova Discursiva-Estudo de Caso** constará de **02 (duas) questões práticas**, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.16 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Estudo de Caso** nos seguintes casos: 11.16.1 fugir ao tema proposto; 11.16.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 11.16.3 for assinada fora do local apropriado; 11.16.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 11.16.5 estiver em branco; 11.16.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 11.16.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. [...] 11.18 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 11.19 Na **Prova Discursiva-Estudo de Caso**, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de **15 (quinze) linhas** para cada questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 11.20 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva-Estudo de Caso** pela Banca Examinadora. [...]

QUESTÃO 1
Maria Clara, advogada da empresa “XX” ensina a estagiária, Bruna, sobre o cabimento do Recurso Adesivo no Processo do Trabalho. Desta forma, colocando-se no lugar de Maria Clara, de acordo com o entendimento sumulado do TST, responda fundamentadamente quais aspectos do tema devem ser apontados para que Bruna não tenha qualquer dúvida a respeito desse Recurso na esfera trabalhista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO 2

O Prefeito de determinado Município praticou ato lesivo ao patrimônio público. Daniel, cidadão canadense, e sua irmã Dália, cidadã brasileira, que inclusive votou nesse Prefeito nas últimas eleições, residem no Brasil e, inconformados com a situação, procuraram um advogado com o intuito de ingressar com ação judicial a fim de anular referido ato lesivo. Nessa situação, tendo em vista o caso hipotético apresentado, com base na Constituição Federal de 1988, atenda ao que se pede:

- a. Identifique a medida judicial cabível, bem como descreva as hipóteses de cabimento dessa ação.
- b. Explique se Daniel e Dália possuem legitimidade para a propositura da ação cabível no caso apresentado.
- c. Explique se há obrigatoriedade do pagamento de custas judiciais e do ônus da sucumbência pela parte autora nos casos de cabimento dessa ação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

